

Linx S.A.

Informações trimestrais – ITR
Trimestre findo em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais – ITR	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às informações trimestrais – ITR	14

Notas explicativas às informações trimestrais – ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Rua Cenno Sbrighi, 170, São Paulo - Capital, a Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão em ERP e POS, de acordo com pesquisa do IDC, e oferece soluções de conectividade, TEF, e-commerce e CRM para o setor varejista no Brasil. A Companhia atingiu esta posição de liderança oferecendo tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação, que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte e por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

A Linx S.A. (“Companhia”), abriu seu capital 06 de fevereiro de 2013 e tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&F Bovespa e são negociadas sob o código LINX3.

É controladora das seguintes Empresas:

Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (“Linx Sistemas”): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria e treinamento.

Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. (“Linx Gerenciamento de Redes”): atuante na prestação de serviços de manutenção, locação e gerenciamento de redes que não envolva geração, transmissão e recepção de sinais de comunicação.

Linx Telecomunicações Ltda. (“Linx Telecomunicações”): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet.

2 Aquisições de controladas

A Companhia, através de sua controlada Linx Sistemas, obteve o controle das seguintes empresas no exercício de 2014:

2.1 Liderança Serviços de Tecnologia da Informação – ME (“LIDERANÇA”)

Em 05 de maio de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Liderança Serviços de Tecnologia da Informação – ME (“LIDERANÇA”). A LIDERANÇA era um canal de vendas da Linx, sediada em Blumenau e atendendo clientes baseados no Vale do Itajaí.

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Subsequentemente, em 30 de agosto de 2014, a LIDERANÇA foi incorporada pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Acervo líquido Incorporado pela Empresa</u>
301	43	344	130	-	214

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até a data da incorporação seria em R\$ 725 e o lucro para o período em R\$ 145 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 3.373, sendo que R\$ 1.873 foram pagos no dia 05 de maio de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

2.2 **Rezende Sistemas Ltda. (“REZENDE”) e Net4biz Web Hosting Ltda. (“NET4BIZ”)**

Em 16 de maio de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Rezende Sistemas Ltda. (“REZENDE”) e da Net4biz Web Hosting Ltda. (“NET4BIZ”).

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo. Neste caso, o racional é o reforço das verticais de postos de combustíveis e lojas de conveniência e food service.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Subsequentemente, em 30 de agosto de 2014, a REZENDE e a NET4BIZ foram incorporadas pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Acervo líquido Incorporado pela Empresa</u>
2.770	6.396	9.166	12.529	2.900	(6.263)

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até a data da incorporação seria em R\$ 13.913 e o prejuízo para o período em R\$ 4.027 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 49.900, sendo que R\$ 42.000 foram pagos no dia 19 de maio de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

2.3 **Compufarma Tecnologia Ltda. (“COMPUFARMA”).**

Em 22 de agosto de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Compufarma Tecnologia Ltda. (“COMPUFARMA”).

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2014, a COMPUFARMA foi incorporada pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Acervo líquido Incorporado pela Empresa</u>
10	-	10	-	10	-

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até a data da incorporação seria em R\$ 186 e o lucro para o período em R\$ 47 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 1.250, sendo que R\$ 650 foram pagos no dia 22 de agosto de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

2.4 **Big Automação Ltda. (“BIG AUTOMAÇÃO”) e BigFarma Sistemas Ltda. (“BIGFARMA”).**

Em 10 de outubro de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Big Automação Ltda. (“BIG AUTOMAÇÃO”) e da BigFarma Sistemas Ltda. (“BIGFARMA”).

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo. Neste caso, o racional é a criação da vertical de farmácias.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2014, a BIG AUTOMAÇÃO e a BIGFARMA foram incorporadas pela própria Linx Sistemas, transação sob controle comum. Para fins da incorporação, o valor contábil dos ativos líquidos foi apurado por um laudo de avaliação contábil, conforme exigido por lei. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Acervo líquido Incorporado pela Empresa</u>
1.934	328	2.262	1.977	-	285

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até a data da incorporação seria em R\$ 13.694 e o lucro para o período em R\$ 2.589 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 38.720, sendo que R\$ 28.500 foram pagos no dia 13 de outubro de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

2.5 Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda. (“SOFTPHARMA”)

Em 12 de dezembro de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda. (“SOFTPHARMA”).

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo. Neste caso, o racional é o reforço da recém-criada vertical de farmácias.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
813	1.676	2.488	2.032	110	347

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014 seria em R\$ 16.907 e o lucro para o período em R\$ 2.087 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 65.080, sendo que R\$ 44.000 foram pagos no dia 15 de dezembro de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

2.6 BR Coelho Treinamento em Informática Ltda. (“BR COELHO”)

Em 19 de dezembro de 2014, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das quotas da BR Coelho Treinamento em Informática Ltda. (“BR COELHO”). A BR COELHO era um canal de vendas da Linx, sediada em São Paulo e atendendo clientes baseados na Grande São Paulo.

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições de ativos no setor de tecnologia, especificamente de empresas de software de gestão focadas no varejo.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
29	-	29	156	-	(127)

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014 seria em R\$ 1.869 e o lucro para o período em R\$ 961 (Valores não auditados ou revisados).

O valor da aquisição foi de R\$ 1.600, sendo que R\$ 932 foram pagos no dia 22 de dezembro de 2014 e os demais valores serão pagos conforme o atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

Após a incorporação das empresas adquiridas, a Companhia não consegue mensurar a receita bruta e o lucro líquido, em virtude de estar organizada em uma única unidade de negócio.

Nas aquisições realizadas em 2014, a Companhia incorreu em despesas referente a serviços prestados com due dilligence e advogados no montante de R\$ 682. Essas despesas foram registradas no resultado do exercício.

A seguir, são resumidos os valores das contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data em que todas as aquisições foram realizadas pela Companhia:

	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Valor da operação	Valor da operação corrigido	Valor pago até 30/06/2015	Valor a pagar em 30/06/2015	Alocação Intangível	Alocação ágio
Quadrant	12/05/08	100%	39.854	49.024	48.211	813	-	40.643
CSI	10/12/09	100%	41.128	43.460	43.095	365	39.255	883
AVS	11/12/09	100%	9.954	10.342	10.342	-	7.677	2.433
Inter Commerce	18/12/09	100%	13.568	13.973	13.973	-	11.050	1.692
Dia System	17/11/10	100%	13.800	14.303	12.430	1.873	14.662	93
CNP	17/11/10	100%	16.000	17.066	14.351	2.715	13.301	308
Custom	03/03/11	100%	4.720	4.960	4.296	664	1.211	3.858
Spress	08/07/11	100%	29.750	31.233	28.023	3.210	12.491	15.539
Microvix	21/12/11	100%	42.770	43.642	41.109	2.533	10.425	32.319
Compacta	16/08/12	100%	46.160	46.479	44.159	2.320	14.154	30.270
Direção	10/03/13	100%	26.485	27.604	18.894	8.710	10.734	16.244
LZT	24/11/13	100%	30.480	31.093 *	28.294	2.799	10.627	19.499
Liderança	05/05/14	100%	3.373	3.373 *	2.565	808	903	2.185
Rezende	16/05/14	100%	49.900	50.528 *	44.305	6.223	11.971	44.009
Compufarma	22/08/14	100%	1.250	1.277 *	977	300	297	891
Big Sistemas	10/10/14	100%	38.720	39.481 *	29.200	10.281	11.514	26.711
Softpharma	12/12/14	100%	65.080	66.342	46.315	20.027	11.172	53.561
BR Coelho	20/12/14	100%	1.600	1.614 *	1.042	572	229	1.371
			474.592	495.794	431.581	64.213	181.673	292.509 **

* As parcelas não corrigidas estão ajustadas a valor presente.

** Valor de R\$ 31 refere-se ao VPL das empresas adquiridas

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

	Anos anteriores	2014						Total
		Liderança	Rezende	Compufarma	Big Sistemas	Sofpharma	BR Coelho	
Valor da aquisição	314.669	3.373	49.900	1.250	38.720	65.080	1.600	474.592
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos								
Caixa e equivalentes de caixa	6.326	104	(307)	11	1.424	304	100	7.962
Contas a receber e outros créditos	18.450	197	2.858	-	509	586	18	22.618
Outros ativos	2.644	(1)	-	-	-	-	-	2.643
Imobilizado	11.898	43	5.619	-	328	1.306	-	19.194
Intangível	2.461	-	996	-	-	293	-	3.750
Intangíveis identificados nas combinações de negócios	145.587	903	11.971	297	11.514	11.172	229	181.673
Fornecedores e outros contas a pagar	(34.294)	(130)	(3.640)	-	(2.508)	(2.142)	(118)	(42.832)
Empréstimos e financiamentos	(2.984)	-	(11.789)	-	-	-	-	(14.773)
Total líquido de ativos identificáveis (passivos assumidos)	150.088	1.116	5.708	308	11.267	11.519	229	180.235
Ágio								
Valor total da contraprestação transferida	314.669	3.373	49.900	1.250	38.720	65.080	1.600	474.592
Equivalência registrada	664	-	-	-	-	-	-	664
Valor presente líquido (VPL)	(1.464)	(72)	(183)	(51)	(742)	-	-	(2.512)
Valor total líquido dos ativos identificáveis	(150.088)	(1.116)	(5.708)	(308)	(11.267)	(11.519)	(229)	(180.235)
Valor do ágio contábil	163.781	2.185	44.009	891	26.711	53.561	1.371	292.509

* Quanto à aquisição da Quadrant, realizada anteriormente a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais – ITR individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e devem ser lidas em conjunto.

A revisão do Pronunciamento Técnico nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC35, CPC37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das informações trimestrais - ITR individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 06 de agosto de 2015.

3.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

3.3 Reclassificação

A Companhia mantém aplicação em letra financeira emitida por instituição financeira no último trimestre de 2014 com condições contratuais que não atendem a definição de caixa e equivalente de caixa. Por esse motivo, tal instrumento foi reclassificado nas informações comparativas relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 de “caixa e equivalentes de caixa” para “aplicações financeiras”. Para fins das informações trimestrais para o semestre findo em 30 de junho de 2015, a reclassificação não resulta em alterações no patrimônio líquido, demonstrações de resultado ou nos fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento. Os efeitos da reclassificação nas informações comparativas de 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a seguir:

	31/12/14	Consolidado Reclassificação	31/12/2014 (reclassificado)
Caixa e equivalente de caixa	32.539	(15.166)	17.373
Aplicações financeiras	222.470	15.166	237.636
	255.009	-	255.009

Nas demonstrações de fluxo de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2015, o valor apresentado como “caixa e equivalentes de caixa” no início do período foi reduzido no mesmo valor da reclassificação acima.

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota Explicativa nº 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota Explicativa nº 10 – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;

Nota Explicativa nº 11 – Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill;

Nota Explicativa nº 15 – Utilização dos créditos fiscais

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 *Combinações de negócios*

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

4.1.2 *Controladas*

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações contábeis intermediárias da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo da equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis intermediárias das controladas na mesma data-base de apresentação das informações contábeis intermediárias.

4.1.3 **Consolidação**

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas e fundo exclusivo a seguir relacionadas:

	<u>Porcentagem de participação</u>	
	<u>30/06/15</u>	<u>31/12/14</u>
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas Indiretas		
Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda.	100,00%	100,00%
BR Coelho Treinamento em Informática Ltda.	100,00%	100,00%
Fundo Exclusivo		
Retail Renda Fixa Cred Privado FI	100,00%	100,00%

4.1.4 **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício/período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício/período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício/período de apresentação.

4.3 **Instrumentos financeiros**

4.3.1 **Ativos financeiros não derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.2 *Ativos financeiros não derivativos – Mensuração*

a. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos, ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

4.3.3 *Passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar.

4.3.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

4.4 Imobilizado

4.4.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

4.4.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.4.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva.

4.5 Ativos intangíveis e ágio

4.5.1 Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas informações contábeis intermediárias consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.5.2 Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

4.5.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

- Software 5 anos

- Desenvolvimento de software 3 anos
- Tecnologia das aquisições 3-6 anos
- Carteira de clientes das aquisições 8-20 anos
- Acordo de não concorrência das aquisições 5 anos
- Marcas e patentes 7 anos

4.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

4.6.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo Linx em condições que o Grupo Linx não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento

com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.6.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.8 Receita operacional

A receita da Companhia é dividida em dois grupos:

- Receitas de manutenção são consideradas receitas recorrentes e compreendem atualizações dos “softwares”, suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Esses serviços são faturados mensalmente. As receitas relativas à manutenção são reconhecidas no resultado mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.
- Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “softwares” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável

(conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

4.9 Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia e suas controladas todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Todos os contratos de arrendamentos operacionais são canceláveis a qualquer momento.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4.10 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

4.11 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

4.12 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4.14 Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes

c. Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia oferece aos seus executivos plano de incentivo de longo prazo, com base na concessão de opção de compra de ações.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia e suas controladas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

4.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16 Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio.

Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Aquela que pode ser relevante para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4.17.1 IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

4.17.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2011;
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

A Companhia e suas controladas ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

4.18 Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

4.19 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.19.1 Ativos intangíveis

O valor justo de marcas adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de royalties estimados que foram evitados em função de a marca ser possuída.

O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multi períodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

4.19.2 Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.19.3 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado da data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

4.19.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4.19.5 *Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo das opções de ações a empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Inputs de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica do preço da ação da Companhia, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

4.19.6 *Contraprestação contingente*

O valor justo da contraprestação contingente de uma aquisição de negócios é calculado utilizando-se o “income approach” baseado nos valores esperados de pagamento e nas probabilidades associadas à realização desses pagamentos. Quando apropriado, o valor é descontado ao valor presente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/2014 (Reclassificado)
Caixa e bancos	21	24	6.944	16.159
Aplicações financeiras de curto prazo	7	9	1.403	1.214
	<u>28</u>	<u>33</u>	<u>8.347</u>	<u>17.373</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados pela taxa de 103,70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (103,70% em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

6 Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação	Vencimento	TX rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora		Consolidado	
					30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/2014 (Reclassificado)
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado	14/02/2013	Indeterminado	101,95%	136.579	134.911	266.488	222.470
LF	Letra Financeira Escritural	13/10/2014	13/10/2016	103,70%	-	-	16.097	15.166
					136.579	134.911	282.586	237.636

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2014 Valor líquido
Renda Fixa	CDB-S	25/06/13	03/02/10	01/02/16	440	CDI D 113%	745	745
Renda Fixa	CDBLA	07/08/2013 à 21/02/2014	28/06/2013 à 21/02/2014	16/05/2015 A 02/10/2018	36.169	CDI D 101%	39.937	39.937
Renda Fixa	DEBLA	03/02/14 à 29/04/14	28/04/16 à 01/02/16	01/02/12 à 28/04/16	44.799	CDI D 101,5%	13.288	13.288
Renda Fixa	LF	01/02/2013 à 21/03/2014	14/02/2013 à 11/12/2014	19/02/2015 A 11/12/2017	53	CDI D 105% à CDI D 107,5%	31.943	33.826
Renda Fixa	LFS	15/02/2013	16/01/2013	15/01/2019	28	CDI D 111%	8.453	10.280
Renda Fixa	LFSFC	15/02/2013 à 07/03/2013	24/09/2010 à 16/05/2012	30/08/2016 à 15/05/2018	33	CDI e CDI D 112%	14.571	14.571
Renda Fixa	LFSFC	19/03/2014 à 24/03/2014	07/09/2016	07/09/2016	968	CDI e CDI D 112%	6.328	6.328
Renda Fixa	PRE	30/12/2014	15/07/2010	30/12/2014 a 02/01/2015	23.520	PRE 10,9% A.A	56.419	56.419
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	446	-	62.269	62.269
								237.663
Despesas do fundo								(25)
Saldo em tesouraria								(2)
								237.636

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	30/06/2015 Valor líquido
Renda Fixa	CDB-S	25/06/13	03/02/10	01/02/16	440	CDI D 113%	637	792
Renda Fixa	CDBLA	30/10/13 à 21/02/14	30/10/13 à 21/02/14	22/02/16 A 02/10/18	33.269	CDI D 101%	33.269	38.761
Renda Fixa	DEBLA	03/02/14 à 29/04/14	28/04/16 à 01/02/16	01/02/16 à 28/04/16	44.799	CDI D 101,5%	12.219	14.086
Renda Fixa	LF	31/10/2013 à 24/04/15	29/11/13 à 02/07/14	03/11/2015 à 05/09/16	71	CDI e CDI D 112%	22.918	23.954
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28	CDI D 111%	8.453	10.971
Renda Fixa	LFSFC	15/02/13 à 30/03/15	30/08/10 à 16/05/12	30/08/16 à 15/05/18	35	CDI e CDI D 112%	16.659	16.664
Renda Fixa	LFT	14/10/14 à 20/05/15	09/04/00 à 11/01/2013	07/09/15 à 01/03/21	1.661	SELIC	11.063	11.503
Renda Fixa	PRE	30/06/15	15/07/00	01/07/15	27.585	PRE 13,65 A.A	72.717	72.717
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	485.511	-	77.065	77.065
Renda Fixa	LF	13/10/14	13/10/14	13/10/16	1	CDI 103,7%	14.800	16.097
								282.610
Despesas do fundo								(27)
Saldo em tesouraria								3
								282.586

A Administração tem por política a utilização destes recursos, única e exclusivamente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas e pagamento de JCP, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa n° 21.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Duplicatas e Cheques a Receber		
A Vencer	70.608	63.301
Vencidos (a)	17.843	12.718
	<u>88.451</u>	<u>76.019</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.653)	(3.604)
(-) Ajustes a valor presente	<u>(184)</u>	<u>(550)</u>
	<u>84.614</u>	<u>71.865</u>

(a) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
De 1 a 30 dias	5.808	5.129
De 31 a 60 dias	2.291	1.314
De 61 a 90 dias	1.747	869
De 91 a 180 dias	3.602	1.975
Acima de 181 dias	4.395	3.431
	<u>17.843</u>	<u>12.718</u>

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa, basicamente, a perda histórica e adicionalmente cheques devolvidos e duplicatas a receber com discussão em juízo. A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

Saldo inicial	(3.604)
Adição de provisão	(617)
Utilização / reversão	<u>568</u>
Saldo final	<u>(3.653)</u>

8 Partes relacionadas

8.1 Saldos patrimoniais

	Controladora			
	30/06/15		31/12/14	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	11.193	19.338	11.190	24.862
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	-	-	1	-
Linx Telecomunicações Ltda.	270	-	-	-
	<u>11.463</u>	<u>19.338</u>	<u>11.191</u>	<u>24.862</u>

O saldo com partes relacionadas refere-se substancialmente ao empréstimo atualizado pela TJLP, acrescido de 1% a 1,5% ao ano e também ao repasse de despesas. O saldo do empréstimo está sendo recebido de abril de 2014 até março de 2018.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui empréstimos em aberto no montante de R\$ 105.344 (R\$ 70.723 em 31 de dezembro de 2014) com seu acionista (BNDES) conforme apresentado na Nota Explicativa N° 12.

Em 31 de dezembro de 2014 existiram juros sobre capital próprio a receber no montante de R\$ 7.140 de sua controlada Linx Sistemas e juros sobre capital próprio a pagar a seus acionistas no montante de R\$ 1.276.

Adicionalmente, entre as empresas controladas existem transações não relevantes de repasse de despesas, referente, ao compartilhamento de gastos comuns, que são eliminadas no processo de consolidação.

8.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (5 administradores em 2015 e 2014), são resumidas como segue:

	Consolidado	
	30/06/15	30/06/14
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de Bônus	924	923
Pagamento de Pró-Labore	2.107	1.929
Pagamentos com base em ações	965	893
	<u>3.996</u>	<u>3.745</u>

8.3 Resultado

No período findo em 30 de junho de 2015 existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 3.778 (R\$ 2.819 mesmo período em 2014) e receitas e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos, as quais foram eliminadas no montante de R\$ 745 (R\$ 1.028 mesmo período em 2014). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios apresentados.

9 Investimentos

9.1 Investimentos em controladas

	Controladora	
	<u>30/06/15</u>	<u>31/12/14</u>
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	493.275	470.443
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	14.331	12.530
Linx Telecomunicações Ltda.	2.414	2.894
	<u>510.020</u>	<u>485.867</u>

9.2 Informações em controladas

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
30 de junho de 2014				
Participação	99,99	99,99	99,99	
Ativos circulantes	131.686	7.241	4.106	143.033
Ativos não circulantes	400.714	6.105	-	406.819
Total de ativos	532.400	13.346	4.106	549.852
Passivos circulantes	82.406	2.464	668	85.538
Passivos não circulantes	91.617	(95)	(5)	91.517
Total de passivos	174.023	2.369	663	177.055
Patrimônio Líquido	358.377	10.977	3.443	372.797
Receitas	177.863	11.601	6.092	195.556
Despesas	(159.226)	(9.613)	(6.312)	(175.151)
Lucro ou prejuízo	18.637	1.988	(220)	20.405
Equivalência Patrimonial - Outros	-	-	(424)	(424)
Resultado Equivalência Patrimonial	18.637	1.988	(644)	19.981
31 de Dezembro de 2014				
Participação	99,99	99,99	99,99	
Ativos circulantes	199.953	8.563	3.313	211.829
Ativos não circulantes	517.541	6.541	-	524.082
Total de ativos	717.494	15.104	3.313	735.911
Passivos circulantes	101.189	2.682	433	104.304
Passivos não circulantes	145.862	(108)	(14)	145.740
Total de passivos	247.051	2.574	419	250.044
Patrimônio Líquido	470.443	12.530	2.894	485.867
Receitas	382.438	23.798	11.824	418.060
Despesas	(336.845)	(20.257)	(12.592)	(369.694)
Lucro ou prejuízo	45.593	3.541	(768)	48.366
Equivalência Patrimonial - Outros	-	-	(424)	(424)
Resultado Equivalência Patrimonial	45.593	3.541	(1.192)	47.942
30 de junho de 2015				
Participação	99,99	99,99	99,99	
Ativos circulantes	248.942	9.989	2.871	261.802
Ativos não circulantes	513.734	7.026	29	520.789
Total de ativos	762.676	17.015	2.900	782.591
Passivos circulantes	94.671	2.735	506	97.912
Passivos não circulantes	174.731	(51)	(20)	174.660
Total de passivos	269.402	2.684	486	272.572
Patrimônio Líquido	493.274	14.331	2.414	510.019
Receitas	228.782	12.303	5.286	246.371
Despesas	(207.220)	(10.502)	(5.766)	(223.488)
Lucro ou prejuízo	21.562	1.801	(480)	22.883
Resultado Equivalência Patrimonial	21.562	1.801	(480)	22.883

9.3 Movimentação dos investimentos

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2014	470.443	12.530	2.894	485.867
Equivalência patrimonial	21.562	1.801	(480)	22.883
Plano de outorga de ações	1.270	-	-	1.270
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2015	493.275	14.331	2.414	510.020

No dia 27 de maio de 2014 foi deliberado o aumento do capital social da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., no montante de R\$ 40.000, passando, portanto, de R\$ 229.649 para R\$ 269.649.

No dia 19 de dezembro de 2014 foi deliberado o aumento do capital social da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda., no montante de R\$ 100.000, passando, portanto, de R\$ 269.649 para R\$ 369.649.

10 Imobilizado

	Consolidado								
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes	Total do ativo Imobilizado
Custo									
Saldo em 31 dezembro, 2013	21.482	8.450	3.746	10.542	156	8.817	332	10	53.535
Adições	1.431	2.293	923	4.967	-	3.636	337	2	13.589
Adição por aquisições de empresas	2.824	591	596	1.165	-	-	2.833	1.000	9.009
Baixas	(339)	(1.791)	(112)	(40)	-	(90)	(152)	-	(2.524)
Transferência	13	-	-	40	(156)	103	-	-	-
Saldo em 31 dezembro, 2014	25.411	9.543	5.153	16.674	-	12.466	3.350	1.012	73.609
Depreciação									
Saldo em 31 dezembro, 2013	(13.673)	(3.481)	(1.751)	(3.062)	-	(1.571)	(162)	-	(23.700)
Adições	(2.627)	(1.733)	(394)	(1.477)	-	(1.003)	(78)	-	(7.312)
Adição por aquisições de empresas	(1.216)	(373)	(83)	(139)	-	-	(87)	-	(1.898)
Baixas	145	1.126	61	30	-	84	147	-	1.593
Saldo em 31 dezembro, 2014	(17.371)	(4.461)	(2.167)	(4.648)	-	(2.490)	(180)	-	(31.317)
Valor Residual									
Saldo em 31 dezembro, 2014	8.040	5.082	2.986	12.026	-	9.976	3.170	1.012	42.292
Saldo em 31 dezembro, 2013	7.809	4.969	1.995	7.480	156	7.246	170	10	29.835
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	-	10%	4%	-	-

Consolidado								
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes	Total do ativo Imobilizado
Custo								
Saldo em 31 de dezembro, 2014	25.419	9.543	5.154	16.663	12.465	3.349	1.012	73.605
Adições	1.196	1.362	674	2.511	2.366	-	-	8.109
Baixas	(21)	(1.311)	(57)	(6)	-	-	-	(1.395)
Transferência	278	(1)	1	(275)	2	1	(6)	-
Saldo em 30 de junho, 2015	26.872	9.593	5.772	18.893	14.833	3.350	1.006	80.319
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro, 2014	(17.379)	(4.462)	(2.168)	(4.637)	(2.489)	(179)	-	(31.314)
Adições	(1.533)	(930)	(235)	(765)	(684)	(55)	-	(4.202)
Baixas	12	951	9	5	-	-	-	977
Transferência	(143)	-	-	143	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho, 2015	(19.043)	(4.441)	(2.394)	(5.254)	(3.173)	(234)	-	(34.539)
Valor Residual								
Saldo em 30 de junho, 2015	7.829	5.152	3.378	13.639	11.660	3.116	1.006	45.780
Saldo em 31 de dezembro, 2014	8.040	5.082	2.986	12.026	9.976	3.170	1.012	42.292
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%	-	-

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

11 Intangível

Consolidado											
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	Outros	Total do ativo Intangível
Custo											
Saldo em 31 de dezembro, 2013	13.618	13.094	35.165	-	40.423	64.638	72.033	772	163.618	1	403.362
Adições	7.183	5.448	7.736	826	-	1.980	-	-	-	-	23.173
Adição por aquisições de empresas	518	996	-	-	-	-	-	-	165.340	-	166.854
Baixas	(3)	(44)	(86)	(9)	-	-	-	-	(2.629)	-	(2.771)
Transferência	(886)	(18.908)	18.908	-	1.952	6.928	14.374	-	(2.368)	-	-
Saldo em 31 de dezembro, 2014	20.430	586	61.723	817	42.375	73.546	86.407	772	303.961	1	590.618
Amortização											
Saldo em 31 de dezembro, 2013	(5.947)	-	(28.860)	-	-	(26.467)	(10.361)	(619)	(3.963)	-	(76.217)
Adições	(2.614)	-	(9.235)	(87)	(232)	(12.448)	(7.129)	(154)	-	-	(31.899)
Adição por aquisições de empresas	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Transferência	(279)	-	(167)	-	-	446	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro, 2014	(8.878)	-	(38.262)	(87)	(232)	(38.469)	(17.490)	(773)	(3.963)	-	(108.154)
Valor Residual											
Saldo em 31 de dezembro, 2014	11.552	586	23.461	730	42.143	35.077	68.917	(1)	299.998	1	482.464
Saldo em 31 de dezembro, 2013	7.671	13.094	6.305	-	40.423	38.171	61.672	153	159.655	1	327.145
Vida útil média em anos	5	-	3	3	7	4,5	15	5	-	-	-
Taxa média de amortização anual	20%	-	33,33%	33,33%	14%	18,46%	9,89%	20%	-	-	-

* Valores relativos à capitalização de juros de empréstimo obtido junto BNDES, destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

Consolidado											
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	Outros	Total do ativo Intangível
Custo											
Saldo em 31 de dezembro, 2014	19.944	586	61.556	817	42.375	74.271	86.408	771	303.961	1	590.690
Adições	2.876	65	7.444	253	-	-	-	-	-	-	10.638
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(16)	(217)	-	-	-	-	-	(43)	-	(276)
Transferência	(661)	-	167	1	3.812	4.626	3.493	1	(11.440)	2	1
Saldo em 30 de junho, 2015	22.159	635	68.950	1.071	46.187	78.897	89.901	772	292.478	3	601.053
Amortização											
Saldo em 31 de dezembro, 2014	(8.392)	-	(38.095)	(87)	(232)	(39.194)	(17.491)	(772)	(3.963)	-	(108.227)
Adições	(1.690)	-	(6.255)	(145)	(480)	(7.306)	(4.236)	-	-	-	(20.112)
Saldo em 30 de junho, 2015	(10.082)	-	(44.350)	(232)	(712)	(46.500)	(21.727)	(772)	(3.963)	-	(128.339)
Valor Residual											
Saldo em 30 de junho, 2015	12.077	635	24.600	839	45.475	32.397	68.174	-	288.515	3	472.714
Saldo em 31 de dezembro, 2014	11.552	586	23.461	730	42.143	35.077	68.917	(1)	299.998	1	482.463
Vida útil média em anos	5	-	3	3	7	4,5	15	5	-	-	-
Taxa média de amortização anual	20%	-	33,33%	33,33%	14%	18,46%	9,89%	20%	-	-	-

* Valores relativos à capitalização de juros de empréstimo obtido junto BNDES, destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

11.1 Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. No período findo em 30 de junho de 2015, foram amortizados R\$ 6.255 (R\$ 4.377 no mesmo período em 2014) no consolidado. Conforme comentado anteriormente, essa amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do exercício.

No período findo em 30 de junho de 2015, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 27.128 (R\$ 19.310 no mesmo período em 2014) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos.

11.2 Análise de recuperabilidade - Ágio

A Administração da Companhia efetua anualmente a análise da recuperabilidade do ágio. No teste realizado em 31 de dezembro de 2014, foi considerado o planejamento de longo prazo até 2021, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atuante no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes:

As receitas foram projetadas entre 2015 e 2021, considerando o crescimento da base de clientes.

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 6,1%, equivalente à média da inflação dos últimos 5 anos medida pelo IPCA. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a taxa de 15,3% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2014 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

Em 30 de junho de 2015 o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio, permanece inalterado.

12 Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa Efetiva	Vencimento	Garantia / Tipo	Controladora		Consolidado	
					30/06/15	31/12/14	30/06/15	31/12/14
Capital de Giro	Juros pré-fixados de 0,03573% a 0,458% ao mês	4,438% a.a.	-	(b)	-	-	-	1.336
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,678% a.a.	15/03/2018	(c)	30.480	36.013	30.480	36.013
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	7,851% a.a.	15/02/2021	(d)	-	-	74.864	34.710
Leasing Financeiro	Juros pré-fixados de 0,00064% a 1,7841% ao mês	0,994% a.m.	02/02/2016	(a)	-	-	51	118
					<u>30.480</u>	<u>36.013</u>	<u>105.395</u>	<u>72.177</u>
Parcela a amortizar no curto prazo classificada no passivo circulante					<u>11.142</u>	<u>11.151</u>	<u>11.847</u>	<u>12.721</u>
Passivo não circulante					<u>19.338</u>	<u>24.862</u>	<u>93.548</u>	<u>59.456</u>

O montante classificado no passivo não circulante no consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
2016	5.499	11.193
2017	26.509	18.227
2018	21.324	11.375
2019	18.561	8.613
2020	18.561	8.613
2021	3.094	1.435
	<u>93.548</u>	<u>59.456</u>

12.1 Operações com terceiros

- (a) As garantias são constituídas pelos próprios bens adquiridos, sendo veículos e máquinas e equipamentos, registrados no ativo imobilizado.
- (b) O saldo de capital de giro refere-se a empréstimos bancários oriundos da aquisição da empresa Softpharma Desenvolvimento e Edição de Softwares Comerciais Ltda.

12.2 Operações com partes relacionadas

- (c) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:
 - a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 65%;

- b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
 - c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.
- (d) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:
- a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
 - b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
 - c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma “conta centralizadora” aberta para tal fim.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 30 de junho de 2015.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

- d. O valor refere-se ao contrato firmado junto ao BNDES e assinado em 28 de outubro de 2014

13 Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Provisão Férias, 13º Salário e encargos	22.904	13.943
INSS a Recolher	2.478	2.512
Provisão participação lucros e resultados	3.013	6.174
FGTS a pagar	1.080	1.310
Salários a pagar	1.295	1.495
Acordos trabalhistas	5	40
Outros	1.798	1.526
	<u>32.573</u>	<u>27.000</u>

14 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
Parcelas não sujeitas à atualização	240	7.880
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	4.023	3.596
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	49.216	50.472
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	365	7.504
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	11.032	8.464
Ajuste a valor presente	(663)	(957)
	<u>64.213</u>	<u>76.959</u>
Passivo circulante	<u>27.168</u>	<u>29.372</u>
Passivo não circulante	<u>37.045</u>	<u>47.587</u>

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Ano	Consolidado	
	30/06/15	31/12/14
2016	8.661	23.545
2017	8.583	7.986
2018	13.369	10.015
2019	6.432	6.041
	<u>37.045</u>	<u>47.587</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

15.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	30/06/14	30/06/15	30/06/14
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do período	-	(4.453)	(3.714)	(8.607)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do período	(141)	13	(6.751)	(4.381)
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	(141)	(4.440)	(10.465)	(12.988)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	30/06/14	30/06/15	30/06/14
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	30.805	33.074	41.129	41.622
Resultado de equivalência patrimonial	(22.883)	(19.981)	-	-
Resultado ajustado	7.922	13.093	41.129	41.622
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(2.693)	(4.452)	(13.984)	(14.151)
Diferenças permanentes				
Lei 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e Desenvolvimento)	-	-	1.485	1.749
Previsão de pagamento de juros sobre capital próprio	2.541	-	2.541	-
Outros ajustes				
Outras diferenças líquidas	12	12	(507)	(586)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(141)	(4.440)	(10.465)	(12.988)
Alíquota efetiva	2%	34%	25%	31%

15.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/14	Reconhecido no resultado	30/06/15
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(9.309)	(9.043)	(18.352)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(27.296)	2.950	(24.346)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	81	130
Provisão benefícios para empregados	2.635	(999)	1.636
Provisão para contingências	236	42	278
Provisão para ajuste a valor presente	(272)	11	(261)
Provisão para pagamento de comissões	274	(94)	180
Plano de opção de compra de ações	271	399	670
Outras provisões	365	(98)	267
Diferido líquido	<u>(33.047)</u>	<u>(6.751)</u>	<u>(39.798)</u>
Ativo fiscal diferido	286		-
Passivo fiscal diferido	(33.333)		(39.798)

Lei 12.973/2014

A Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei 12.973 entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração declara que optou pela aplicação antecipada da Lei 12.973 no exercício de 2014, com o objetivo de manter a neutralidade tributária.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

No dia 28 de fevereiro de 2014 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 382, passando, portanto, de R\$ 346.482 para R\$ 346.864, mediante a emissão de 20.031 novas ações ordinárias de emissão da Companhia.

No dia 29 de agosto de 2014 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 3.798, passando, portanto, de R\$ 346.864 para R\$ 350.662, mediante a emissão de 188.434 novas ações ordinárias de emissão da Companhia.

No dia 27 de fevereiro de 2015 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 190, passando, portanto, de R\$ 350.662 para R\$ 350.852, mediante a emissão de 8.449 novas ações ordinárias de emissão da Companhia.

O capital social está dividido da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital Total (%)</u>
Acionistas fundadores	13.840.994	29,6%
Free Float (*)	32.932.383	70,4%
	46.773.377	100%

(*) O BNDES Participações S.A., GIC Private Limited e Genesis Asset Managers possuem posição acionária acima de 5%.

16.2 Reservas de capital

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ágio na subscrição de capital (a)	214.131	214.131
Plano de opção de compra de ações (nota 25)	5.175	3.905
Gastos com emissão de ações (b)	(24.692)	(24.692)
	194.614	193.344

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital.

(b) Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações no montante de R\$ 24.692 foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

16.3 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia destinou R\$ 3.379 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para a referida reserva (R\$ 3.121 em 31 de dezembro de 2013).

16.4 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Destinação do lucro líquido:

	<u>31/12/14</u>
Lucro líquido do exercício	67.582
(-) Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	<u>(3.379)</u>
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	64.203
Dividendos mínimos obrigatórios	16.051
Dividendos adicionais propostos pela Administração	<u>13.199</u>
Dividendos propostos pela Administração	<u>29.250</u>
Forma de pagamento	
Juros sobre capital próprio	29.250
Dividendos	<u>-</u>
	<u>29.250</u>
Movimentação dos dividendos	
Saldo inicial - Dividendos a pagar referente ao exercício anterior	15.000
Dividendos pagos referente ao exercício anterior	(15.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	16.051
Dividendos adicionais propostos pela Administração	13.199
Dividendos pagos referentes ao exercício	<u>(14.550)</u>
Saldo final - Dividendos a pagar referente ao exercício	<u>14.700</u>
Apresentação dos dividendos	
Passivo - Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	1.501
PL - Dividendos adicionais propostos pela Administração	<u>13.199</u>
	<u>14.700</u>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	46.764.928
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação – em reais	<u>0,63</u>

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2014, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio intermediários do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor bruto de R\$ 14.550, perfazendo o montante total líquido de R\$ 12.368, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 19 de agosto de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2015, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor bruto de R\$ 14.700, perfazendo o montante total líquido de R\$ 12.495, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 27 de janeiro de 2015.

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2014 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015, destina o saldo da conta de reserva para retenção de lucros de 2014, no montante de R\$ 34.953, para os investimentos demonstrados abaixo:

Investimentos:	<u>31/12/14</u>
Infraestrutura	4.893
Inovação de pesquisa e desenvolvimento	9.088
Aquisições	<u>20.972</u>
Total dos investimentos	<u><u>34.953</u></u>
Fonte dos recursos:	
Reserva de lucros	<u>34.953</u>
Total das fontes	<u><u>34.953</u></u>

17 Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos não identificou processos relevantes com perdas classificadas como prováveis para fins de provisão nas informações contábeis intermediárias.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 671 em 30 de junho de 2015 (R\$ 1.063 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda.

18 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Receita bruta operacional		
Receita de manutenção	193.788	155.039
Receita de serviços	<u>44.773</u>	<u>37.766</u>
	238.561	192.805
Impostos sobre vendas		
PIS	(1.579)	(1.244)
COFINS	(7.285)	(5.740)
ISS	(5.602)	(4.508)
INSS	(4.503)	(3.568)
Outros	(1.370)	(1.580)
Cancelamentos e abatimentos	<u>(4.348)</u>	<u>(3.360)</u>
	<u><u>213.874</u></u>	<u><u>172.805</u></u>

19 Custos e despesas

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	30/06/14	30/06/15	30/06/14
Aluguéis	-	-	(4,625)	(3,492)
Comissões	-	-	(7,206)	(6,873)
Depreciação e amortização	-	-	(24,314)	(18,698)
Manutenção e conservação	-	-	(2,559)	(1,576)
Pessoal	-	(44)	(104,587)	(82,158)
Propaganda e publicidade	-	-	(1,195)	(2,101)
Serviços de terceiros	-	(51)	(12,516)	(8,154)
Viagens e estadias	-	-	(5,976)	(4,795)
Despesa com link	-	-	(6,772)	(6,082)
Outros	(58)	(67)	(9,977)	(8,909)
	<u>(58)</u>	<u>(162)</u>	<u>(179,727)</u>	<u>(142,838)</u>
Função				
Custo dos serviços prestados	-	-	(60,653)	(48,935)
Despesas administrativas e gerais	(58)	(162)	(64,243)	(50,592)
Despesas de vendas	-	-	(26,044)	(22,041)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(27,128)	(19,310)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(1,659)	(1,960)
	<u>(58)</u>	<u>(162)</u>	<u>(179,727)</u>	<u>(142,838)</u>

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/15	30/06/14	30/06/15	30/06/14
Receitas Financeiras				
Juros ativos	975	1.028	1.657	623
Juros s/aplicações financeiras	7.846	13.024	14.368	14.889
Descontos obtidos	2	2	91	95
Varição cambial ativa	-	-	1	1
Outras receitas	131	233	(96)	241
	<u>8.954</u>	<u>14.287</u>	<u>16.021</u>	<u>15.849</u>
Despesas Financeiras				
Juros passivos	1	-	(19)	(171)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(746)	(1.028)	(6.680)	(2.848)
Desconto concedido	-	-	(1.602)	(589)
Varição cambial passiva	(27)	-	(33)	(3)
Imposto sobre operações financeiras	(0)	-	(70)	(66)
Outras despesas	(202)	(4)	(635)	(517)
	<u>(974)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(9.039)</u>	<u>(4.194)</u>
	<u>7.980</u>	<u>13.255</u>	<u>6.982</u>	<u>11.655</u>

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

21.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 7). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 30 de junho de 2015 a exposição máxima no consolidado era de R\$ 375.547 (R\$ 326.874

em 31 de dezembro de 2014) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

21.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos (i)	De 3 a 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Fornecedores	5.258	-	-	-	5.258
Empréstimos e financiamentos	11.847	10.427	78.314	22.673	123.261
Contas a pagar por aquisição de controladas	27.168	9.764	35.450	-	72.382
Outras contas a pagar	3.719	2.281	1.703	-	7.703
	<u>47.992</u>	<u>22.472</u>	<u>115.467</u>	<u>22.673</u>	<u>208.604</u>

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e contas a pagar por aquisição de controladas.

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

21.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

21.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

21.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos

sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

21.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela por classe de valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, os quais não diferem dos valores justos:

	Consolidado	
	Valor Contábil	
	30/06/15	31/12/14
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	8,347	17,373
Aplicações financeiras	282,586	237,636
Contas a receber de clientes	84,614	71,865
Outros créditos	13,405	8,710
Total	<u>388,952</u>	<u>335,584</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores	5,258	6,828
Empréstimos e financiamentos	105,395	72,177
Contas a pagar por aquisição de controladas	64,213	76,959
Juros sobre capital próprio a pagar	-	1,276
Outras contas a pagar	7,986	8,868
Total	<u>182,852</u>	<u>166,108</u>

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	Consolidado					
	30/06/15			31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	8,347	-	-	32,539	-	-
Aplicações financeiras	-	282,586	-	-	237,636	-
Contas a receber de clientes	84,614	-	-	71,865	-	-
Outros créditos	13,405	-	-	8,710	-	-
	<u>106,366</u>	<u>282,586</u>	<u>-</u>	<u>113,114</u>	<u>237,636</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	5,258	- #	- #	6,828
Empréstimos e financiamentos	-	-	105,395	- #	- #	72,177
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	64,213	- #	- #	76,959
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	- #	- #	1,276
Outros contas a pagar	-	-	7,986	- #	- #	8,868
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182,852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>166,108</u>

21.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

21.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 30 de junho de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,57% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% e 50%.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/06/15</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	282.586	CDI	13,64%	10,23%	6,82%
Receita financeira			38.545	28.909	19.272

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 30 de junho de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 30 de junho de 2015, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/06/2015</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Financiamentos - BNDES	105.344		5.657	7.069	8.491
Taxa sujeita à variação		TJLP	5,37%	6,71%	8,06%
Aquisição de empresas	11.032		616	770	923
Taxa sujeita à variação		IGPM	5,58%	6,98%	8,37%
Aquisição de empresas	4.023		476	595	713
Taxa sujeita à variação		CDI	11,82%	14,78%	17,73%
Aquisição de empresas	49.216		4.375	5.468	6.566
Taxa sujeita à variação		IPCA	8,89%	11,11%	13,34%
Aquisição de empresas	365		28	35	42
Taxa sujeita à variação		IPC	7,61%	9,51%	11,42%

22 Informação por segmento de negócio

A gestão dos negócios da Linx, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada no segmento denominado “Desenvolvimento de software” através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

	<u>Desenvolvimento de software</u>		<u>Outros/reconciliação</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>	<u>30/06/15</u>	<u>30/06/14</u>
Receita operacional líquida	213.874	172.805	-	-	213.874	172.805
Custo dos serviços prestados	(60.653)	(48.935)	-	-	(60.653)	(48.935)
Lucro bruto	153.221	123.870	-	-	153.221	123.870
Despesas operacionais	(119.015)	(93.741)	(59)	(162)	(119.074)	(93.903)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	34.206	30.129	(59)	(162)	34.147	29.967
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(998)	(1.600)	7.980	13.255	6.982	11.655
Lucro antes dos impostos	33.208	28.529	7.921	13.093	41.129	41.622
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10.324)	(8.548)	(141)	(4.440)	(10.465)	(12.988)
Lucro líquido do período	22.884	19.981	7.780	8.653	30.664	28.634

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta no consolidado por R\$ 18.000 e R\$ 5.000 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 67.260 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos.

24 Lucro por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	30/06/15	30/06/14
Lucro líquido do exercício	30.664	28.634
Número médio ponderado de ações	46.771.969	46.573.156
Lucro por ação – básico (em Reais)	0,6556	0,6148

b. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de “*Stock Options*” com outorga inicial de 893.955 opções de ações e o potencial dilutivo total do mesmo é representado por 1.690.610 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	30/06/15	30/06/14
Lucro líquido do exercício	30.664	28.634
Número médio ponderado de ações	47.109.029	46.902.662
Lucro diluído por ação (em Reais)	0,6509	0,6105

25 Pagamento com base em ações

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 614.317 opções de ações, com preço de exercício de R\$18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 135.353 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 33,83 (trinta e três reais e oitenta e três centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice

Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 144.285 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,72 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Outorga			Premissas valor justo			
		Quantidade de opções (*)	Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções (*)	Expectativa de		Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
					Dividendos - %	Volatilidade - %		
1ª	28/02/13	614.317	18,72	12,73	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/14	135.353	33,83	11,81	0,8%	25,11%	10,12%	4 anos
3ª	27/02/15	144.285	38,72	11,86	1,3%	24,00%	12,96%	4 anos

O efeito acumulado no período findo em 30 de junho de 2015 é de R\$ 1.270 (R\$ 1.105 no mesmo período de 2014), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” é de R\$ 5.175 (R\$ 3.905 em 31 de dezembro de 2014).

26 Joint Venture com a Cielo

A Linx S.A. assinou em 02 de junho de 2014 um memorando de entendimentos não vinculante com a CIELO S.A., para a criação de uma joint venture que terá como foco o desenvolvimento e comercialização de uma solução única e integrada, que embarca automação comercial, software de gestão e plataforma de pagamentos eletrônicos, para os pequenos varejistas brasileiros. A concretização da operação está sujeita à assinatura dos documentos definitivos e à aprovação das autoridades regulatórias aplicáveis. Em 30 de junho de 2015 a situação da Joint Venture continua inalterada.

27 Eventos subsequentes

27.1 Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2015, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio da Companhia no valor bruto de R\$ 15.000, correspondente a R\$ 0,320695254 por ação, conforme apurado no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2015, do qual a Companhia reterá a quantia de R\$ 2.250, a título de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, perfazendo o montante total líquido de R\$ 12.750, correspondente a R\$ 0,272590966 por ação, com pagamento aos Senhores Acionistas a partir do dia 27 de julho de 2015, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia. Farão jus ao recebimento dos dividendos os Senhores Acionistas com posição de

ações da Companhia no dia 16 de julho de 2015, sendo as ações negociadas ex-proventos a partir do dia 17 de julho, inclusive.

* * *

Alberto Menache
Diretor Presidente

Dennis Herszkowicz
Vice-Presidente Financeiro e RI

Eloisa Moraes Souza de Oliveira
Contadora CRC 1SP247057/O-9